

Hospital de Clínicas de Porto Alegre – HCPA

Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas
adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2024

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024.....	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS	4
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	6
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	9
NOTAS EXPLICATIVAS	10
01 CONTEXTO OPERACIONAL	10
02 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	10
03 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS RELEVANTES	14
04 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO	14
05 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	14
06 CRÉDITOS DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS E DEMAIS CONTAS A RECEBER.....	15
07 ADIANTAMENTOS DE PESSOAL	15
08 ESTOQUES DE MATERIAIS DE CONSUMO	15
09 IMOBILIZADO	16
10 INTANGÍVEL	16
11 FORNECEDORES	17
12 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E SOCIAIS	17
13 OBRIGAÇÕES COM PESSOAL.....	17
14 CONTINGÊNCIAS PASSIVAS E PROVISÕES COM DESPESAS DE PESSOAL.....	18
15 OBRIGAÇÕES COM O PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	19
16 PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20
17 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	21
18 CUSTOS DOS SERVIÇOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA	21
19 DESPESAS DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	21
20 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	22
21 RESULTADO FINANCEIRO.....	22
22 PARTES RELACIONADAS.....	23
23 SEGUROS DE RISCOS	23
24 CONCILIAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COM BASE NAS LEIS Nº 6.404/76 E Nº 4.320/64..	24
25 REMUNERAÇÕES PAGAS A EMPREGADOS E ADMINISTRADORES	25
26 EVENTOS SUBSEQUENTES	26

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Relatório da Administração 2024

O Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA) é uma instituição pública e universitária, integrante da rede de hospitais universitários do Ministério da Educação (MEC) e vinculada academicamente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Desde o início de seu funcionamento, em 1971, o HCPA promove assistência, pesquisa, inovação e ensino em saúde. Todas as ações são desenvolvidas de forma integrada entre si para cumprir a missão de prestar assistência humanizada e de excelência, gerar conhecimento e inovação e formar pessoas comprometidas com seus valores.

Em 2024, foram realizados no hospital cerca de 50 mil procedimentos cirúrgicos, 554 mil consultas, 3,7 milhões de exames, 34 mil internações, 3 mil partos e 483 transplantes. O Banco de Tecidos realizou a 200ª captação de córneas, tornando o Clínicas responsável por 30% desses transplantes no RS. Outro destaque foi a realização do 300º transplante hepático pediátrico. A instituição é o terceiro maior centro desse tipo de transplante no Brasil.

Na área da pesquisa, atuam 658 doutores, sendo que 347 são funcionários contratados do hospital. Em 2024, foram realizadas 2 mil consultorias de pesquisa e submetidos à avaliação 611 novos projetos. Foram publicados 697 artigos científicos. Em sua estrutura, o HCPA sedia seis Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT): Avaliação de Tecnologia em Saúde (Iats), Genética Médica Populacional (Inagemp), Hormônios e Saúde da Mulher (Hormona), Resistência Antimicrobiana (Inpra), Biologia do Câncer Infantil e Oncologia Pediátrica (BioOncoPed) e Doenças Raras (InRaras). Os INCT são grandes projetos de pesquisa de longo prazo em redes nacionais e/ou internacionais de cooperação científica que envolvem pesquisadores e bolsistas para o desenvolvimento de projetos de alto impacto científico e de formação de recursos humanos.

O HCPA tem papel fundamental no ensino, apoiando diferentes cursos da área da saúde. A presença dos cerca de 500 professores da universidade qualifica a assistência e cria um ambiente propício à pesquisa. A instituição possui dois mestrados profissionais próprios: em Saúde Mental e Transtornos Aditivos e em Pesquisa Clínica, com 48 alunos em 2024, e especializações em: Psicologia Hospitalar, Neurogenética, Farmácia Clínica Hospitalar, Fisioterapia Hospitalar e Enfermagem em Terapia Intensiva, por onde passaram 85 alunos. O Centro de Simulação teve suas atividades ampliadas em 2024: foram 186 atividades de simulação realística e 129, com realidade aumentada. Após conquistar a certificação da American Heart Association, o Clínicas também promoveu, ao longo do ano, treinamentos básicos e avançados de suporte à vida.

Na Residência Médica, o hospital mantém 45 programas, com 576 médicos residentes. A Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde oferece 13 programas e, em 2024, teve a presença de 105 profissionais em curso.

A inovação ganhou destaque no HCPA em 2024. Foram promovidos dez eventos institucionais sobre o tema e registrados: cinco softwares, dois desenhos industriais, dois registros de marca e sete cartas-patentes, todos concedidos pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi). Somaram-se ainda a prestação de 34 consultorias e a avaliação de 22 projetos.

Elencada como prioridade estratégica no planejamento do período 2022-2024, a sustentabilidade permeia as decisões e práticas adotadas visando garantir a continuidade e o crescimento do hospital. Para a redução no consumo de folhas A4, por exemplo, o HCPA tem promovido iniciativas em diferentes áreas, como: a implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) para tramitação de processos e documentos, a utilização do prontuário eletrônico do paciente para registros antes feitos em papel e o uso do aplicativo Meu Clínicas em substituição à emissão de documentos físicos. Para promover a sustentabilidade financeira, o hospital tem buscado expandir suas receitas próprias. Em 2024, houve aumento da receita SUS, em função de novas habilitações e do incremento de produção, e o crescimento significativo de projetos de pesquisa. A atuação do HCPA é, ainda, fortemente marcada pela sustentabilidade social, através da promoção da qualidade de vida no ambiente de trabalho, de ações voltadas à comunidade e das iniciativas voltadas ao compromisso de ser um lugar onde todas as pessoas se sintam acolhidas, valorizadas e seguras, por meio de ações educativas, momentos de sensibilização e de conscientização.

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Balancos Patrimoniais

Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Caixa e Equivalente de Caixa	5	237.037	160.231
Créditos a Receber Curto Prazo			
Faturas e Duplicatas a Receber		178	287
Crédito de Fornecimento de Serviços	6	58.212	50.055
Adiantamentos a Pessoal	7	21.859	21.868
Demais Contas a Receber	6	3.321	7.251
Estoques			
Estoques Materiais de Consumo	8	27.996	27.936
Importação em Andamento		3.164	918
Despesas Pagas Antecipadamente		990	648
		352.757	269.194
Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos Judiciais		1.609	1.591
Imobilizado	9	951.002	956.152
Intangível	10	1.631	1.604
		954.242	959.347
Total do Ativo		1.306.999	1.228.541

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Balanços Patrimoniais

Passivo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Fornecedores	11	26.971	22.184
Obrigações Tributárias e Sociais	12	98.722	74.572
Obrigações com Pessoal	13	92.826	86.526
Contingências Passivas e Provisões com despesas de Pessoal	14	248.879	240.310
Outras Obrigações		12.812	9.329
		480.210	432.921
Não Circulante			
Exigível a Longo Prazo			
Subvenções e Doações para Investimentos		23.812	11.716
Contingências Passivas e Provisões com despesas de Pessoal	14	792.402	802.294
		816.214	814.010
Patrimônio Líquido			
Capital Realizado	16	1.284.791	1.247.924
Adiantamento p/Futuro Aumento de Capital		8.813	36.867
Ajuste de Avaliação Patrimonial	16	(20.113)	(19.297)
Prejuízos Acumulados		(1.262.916)	(1.283.884)
		10.575	(18.390)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		1.306.999	1.228.541

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Demonstrações do Resultado

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita Operacional Bruta		379.338	295.034
Serviços Prestados		379.338	295.034
Deduções Da Receita Bruta		(4.505)	(1.760)
PIS sobre Faturamento		(802)	(313)
COFINS sobre Faturamento		(3.703)	(1.447)
Receita Operacional Líquida	17	374.833	293.274
Custos Dos Serviços	18	(1.877.463)	(1.692.550)
Resultado Operacional Bruto		(1.502.630)	(1.399.276)
Despesas Operacionais		(315.453)	(325.684)
Despesas Administrativas	18	(313.281)	(299.249)
Provisão para Contingências	18	(2.172)	(26.435)
Outras Receitas e Despesas	20	36.194	18.448
Receitas		46.275	26.319
Despesas		(9.606)	(6.812)
Resultado com Baixa de Bens Imobilizados		(475)	(1.059)
Prejuízo Antes Do Resultado Financeiro		(1.781.889)	(1.706.512)
Resultado Financeiro	21	4.292	2.889
Despesas Financeiras		(643)	(880)
Receitas Financeiras		4.935	3.769
Resultado Antes Das Subvenções Governamentais		(1.777.597)	(1.703.623)
Subvenções do Tesouro Nacional		1.819.242	1.657.896
Repasse para Subvenções e Doações Governamentais		(32.093)	(59.123)
Reversões e Repasses Concedidos		10.600	8.842
Resultado do Exercício		20.152	(96.008)

Demonstrações do Resultado Abrangente

		<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Resultado do Exercício		20.152	(96.008)
Realização da Avaliação Patrimonial	16	789	803
Reversão de Menos Valia		27	-
Resultado Abrangente do Exercício		20.968	(95.205)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota	Capital Realizado	Remessa de Subvenção p/ Investimento	Ajustes da Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022		1.229.680	18.244	(18.494)	(1.188.679)	40.751
Realização da Avaliação Patrimonial		-	-	(803)	803	-
Aumento de Capital		18.244	(18.244)	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento Capital		-	36.867	-	-	36.867
Resultado do Exercício		-	-	-	(96.008)	(96.008)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		1.247.924	36.867	(19.297)	(1.283.884)	(18.390)
Realização da Avaliação Patrimonial		-	-	(816)	816	-
Aumento de Capital	16 (a)	36.867	(36.867)	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento Capital		-	8.813	-	-	8.813
Resultado do Exercício		-	-	-	20.152	20.152
Saldo em 31 de dezembro de 2024		1.284.791	8.813	(20.113)	(1.262.916)	10.575

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultado do Exercício	20.152	(96.008)
Ajustes para Reconciliar o Resultado	27.020	35.041
Ajustes de Depreciação/Amortizações	31.403	28.547
Juros e Correção Monetária sobre Depósito Recursal	(87)	(109)
Variação Cambial Passiva (Importação)	418	425
Variação Cambial Ativa (Importação)	(819)	(346)
Baixa de Bens Imobilizados	6.210	9.598
Produção de Bens em Estoque	(4.106)	(3.170)
Reversão/Provisão p/Devedores Duvidosos	(219)	4.480
Doações de Bens Móveis	(2.241)	(890)
Doações de Mercadorias	(3.539)	(3.494)
Variação de Ativos e Passivos	38.572	93.536
Créditos Fornecimento Serviços (CP e LP)	(986)	(5.148)
Adiantamentos a Pessoal	9	(4.136)
Outras Contas a Receber (CP e LP)	(2.912)	(55)
Depósitos Judiciais/Devedores p/Convênios	(19)	162
Importações em Andamento (Estoque)	(2.246)	(91)
Estoques	7.585	6.640
Despesas Pagas Antecipadamente	(342)	(214)
Fornecedores	4.787	(12.852)
Outras Obrigações a Pagar	3.236	540
Obrigações com Pessoal	6.300	12.255
Obrigações Sociais a Pagar	16.031	3.394
Obrigações Tributárias a Pagar	8.118	42.328
Adiantamentos de Clientes	335	371
Provisão para Férias	16.122	20.951
Provisão para Previdência Privada	(2.385)	(3.515)
Provisão para Licença Especial	3.230	6.471
Provisão pra Contingências	(18.291)	26.435
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	85.744	32.569
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisições de Bens Imóveis	(1.563)	(4.159)
Aquisições de Bens Móveis	(14.178)	(40.630)
Aquisições de Importação em Andamento	(13.805)	-
Aquisição de Intangíveis	(302)	(57)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Investimento	(29.848)	(44.846)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Subvenções Governamentais/Receitas Diferidas	12.097	2.095
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	8.813	36.867
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Financiamento	20.910	38.962
Caixa Adicionado/(Consumido) no Exercício	76.806	26.685
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	160.231	133.546
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Exercício	237.037	160.231
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalente de Caixa	76.806	26.685

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Demonstrações do Valor Adicionado

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receitas		
Prestação de Serviços	379.338	295.034
Outras Receitas	45.115	26.753
Prov. Créd. Liq. Duvidosa Reversão/(Constituição)	(3.356)	(4.987)
	<u>421.097</u>	<u>316.800</u>
Insumos Adquiridos de Terceiros		
Custos dos Serviços Prestados (Consumo)	(245.109)	(224.372)
Serviços de Terceiros	(180.875)	(177.122)
Perda/Recuperação de Valores Ativos	(3.079)	(2.168)
	<u>(429.063)</u>	<u>(403.662)</u>
Valor Adicionado Bruto	(7.966)	(86.862)
Despesas com Depreciação/Amortização	(37.845)	(37.087)
Valor Adicionado Líquido Produzido	<u>(45.811)</u>	<u>(123.949)</u>
Valor Adicionado Recebido em Transferências		
Receitas Financeiras	4.935	3.769
Repasse Recebidos (-) Subvenções	1.787.149	1.598.773
Repasse Concedidos/Diferido	-	(61)
Receitas de Diferido (Reversão de Subvenções)	10.600	8.903
Receitas de Aluguéis	1.985	2.099
	<u>1.804.669</u>	<u>1.613.483</u>
Valor Adicionado Total a Distribuir	<u>1.758.858</u>	<u>1.489.534</u>
Distribuição do Valor Adicionado		
Pessoal		
Remuneração Direta	1.172.495	1.084.205
Benefícios	119.783	101.146
FGTS	95.615	87.168
Impostos, Taxas e Contribuições		
Federais	346.164	307.558
Estaduais/Municipais	51	334
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Despesas Financeiras	643	880
Locação de Imóveis/Condomínio	499	887
Locação de Máquinas e Equipamentos	3.456	3.364
Remuneração dos Capitais Próprios		
Resultado do Exercício	<u>20.152</u>	<u>(96.008)</u>
Valor Adicionado Distribuído	<u><u>1.758.858</u></u>	<u><u>1.489.534</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Notas Explicativas

01 Contexto Operacional

O Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, é uma empresa pública de direito privado, criado pela Lei n° 5.604, de 2 de setembro de 1970, sendo regido pelo seu Estatuto Social e caracteriza-se por ser uma Unidade Orçamentária do Ministério da Educação (MEC), com patrimônio próprio e autonomia administrativa. Vincula-se academicamente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como apoio ao ensino e à pesquisa junto aos cursos da Faculdade de Medicina, da Escola de Enfermagem e demais cursos vinculados à área da saúde, sendo campo de aprendizado para cursos de graduação e pós-graduação.

É um hospital geral e universitário, que presta assistência médico-hospitalar a pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), de convênios e particulares.

Em 21 de novembro de 2017, foi aprovada a alteração do Estatuto Social da Instituição adequando-o à Lei n° 13.303 de 27 de julho de 2016 (Lei das Estatais) e ao Decreto n° 8.945 de 27 de dezembro de 2016. A partir de então, do ponto de vista organizacional, a Assembleia Geral, representada pela União, delibera sobre todos os negócios relativos ao seu objeto, sendo regido pela Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

O HCPA é administrado pelo Conselho de Administração (CA), como órgão colegiado de deliberação estratégica e controle da gestão, e pela Diretoria Executiva (DE) como órgão executivo de administração e representação. O Conselho de Administração (CA) é composto por integrantes vinculados à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), por membros representantes dos Ministérios da Educação (MEC), da Saúde (MS), da Fazenda (MF), da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), pelo Diretor-Presidente do HCPA e por um representante dos empregados. Já a Diretoria Executiva (DE) é composta por Diretor-Presidente, Diretor Médico, Diretora Administrativa, Diretora de Enfermagem, Diretora de Ensino e Diretora de Pesquisa.

Os professores da UFRGS atuam, no HCPA, na preceptoria dos programas de Residência Médica e Residência Integrada Multiprofissional em Saúde (RIMS). Os funcionários são contratados sob o regime da CLT, e o Capital Social pertence integralmente à União Federal. Possui como órgão fiscalizador o Conselho Fiscal (CF), composto por dois membros do Ministério da Educação (MEC) e um membro representante do Ministério da Fazenda (MF).

02 Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

(a) Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, atendendo às disposições contidas na legislação societária (Lei 6.404/76 e alterações, incluindo a Lei n° 11.638/07), nas Normas Brasileiras de Contabilidade, nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, e ao Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) do Governo Federal, ao qual o HCPA aderiu em 01 de janeiro de 1992, na forma da Lei n° 4.320/64. A moeda funcional utilizada é o Real (R\$).

As demonstrações foram aprovadas na reunião da Diretoria Executiva do dia 11 de março de 2025.

(b) Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgações

Não houve novos pronunciamentos ou interpretações vigentes que pudessem ter impacto significativo nas políticas e nas demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(c) Operações com Moeda Estrangeira

As operações de importação realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional (Real – R\$) mediante a utilização das taxas de câmbio divulgadas pelo Banco Central do Brasil-BACEN e pela Receita Federal do Brasil- RFB. Os ganhos e perdas com variação cambial na aplicação das taxas de câmbio sobre os ativos e passivos são apresentados na Demonstração do Resultado como Receitas e Despesas Financeiras.

(d) Instrumentos Financeiros

A Instituição classifica seus ativos financeiros não derivativos sob a categoria de recebíveis, reconhecidos inicialmente na data em que foram originados, pelo valor justo e após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*. São apresentados como Ativo Circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como Ativos Não Circulantes).

Os recebíveis da Instituição compreendem: caixa e equivalentes de caixa, crédito de fornecimento de serviços e demais contas a receber. A Instituição não possui ativos financeiros mantidos para negociação, disponíveis para venda e operações em derivativos.

A Instituição reconhece seus passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. A baixa de um passivo financeiro ocorre quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas. A Instituição tem como passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

(e) Caixa e Equivalentes de Caixa

Os ativos classificados como Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, depósitos em poupança, investimentos de curto prazo de alta liquidez e rendimentos diários, com risco insignificante de mudança de valor.

(f) Estoques de Material de Consumo

Os estoques de materiais em almoxarifado a serem consumidos na prestação de serviços e no curso normal das atividades da Instituição são avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição e não excedem o valor de mercado. As importações em andamento estão registradas pelos custos incorridos apropriados até 31 de dezembro de 2024. No estoque não constam itens com custo superior ao valor realizável líquido. As perdas de estoque são reconhecidas como despesa do exercício em que ocorrem.

(g) Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais são compostos por valores recursais vinculados a causas trabalhistas corrigidos até 31 de dezembro de 2024. Os recursos depositados na Caixa Econômica Federal são atualizados pelo coeficiente de remuneração das contas do FGTS, enquanto que os depositados no Banco do Brasil são atualizados pela taxa de juros remuneratória da poupança. No caso do pagamento de depósitos recursais, estes são realizados com recursos próprios. Na execução do processo, se o desfecho for a favor do reclamante, a Instituição quita a dívida com recursos recebidos do Tesouro Nacional, e o valor do depósito recursal prévio é restituído ao HCPA, devidamente corrigido.

(h) Imobilizado e Intangível

O Imobilizado e o Intangível são mensurados pelo seu custo histórico, menos depreciação ou amortização acumulada. Os terrenos não são depreciados. O custo dos bens constantes nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2009 foi ajustado conforme laudo de empresa especializada, contratada para refletir o custo atribuído aos bens do permanente. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente se esses custos adicionais puderem ser mensurados com segurança e espera-se benefícios econômicos futuros. Os valores contábeis de itens ou peças substituídas são baixados. Os gastos com reparos e manutenções possuem como contrapartida o resultado do exercício, quando incorridos.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Para que não haja perda do custo histórico, a depreciação ou amortização nas demonstrações contábeis está demonstrada pelo valor acumulado, desde a data do início de operação na Instituição, acrescido da depreciação do custo atribuído a partir do exercício de 2010.

As depreciações e amortizações são calculadas usando o método linear, considerando os seus custos durante a vida útil estimada, como demonstrado a seguir:

Bens	Vida Útil Estimada
Edificações (Prédios)	De 40 anos a 100 anos
Máquinas e Equipamentos	De 04 anos a 10 anos
Máquinas de Processamento de Dados	De 06 anos a 10 anos
Móveis e Utensílios Diversos	De 06 anos a 10 anos
Veículos	De 03 anos a 10 anos
Intangível – Software	05 anos

(i) **Impairment de Ativos não Financeiros**

A Instituição revisa anualmente o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado mantido e utilizado nas operações, por avaliações internas, as quais objetivam identificar indícios de desvalorização de um ativo ou grupo de ativos, conforme fontes externas e internas de informação.

(j) **Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações assumidas pelas compras de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo reconhecidas pelo valor justo e classificadas como passivos circulantes, pois a Instituição tem por prática o pagamento dos fornecedores no vencimento de até 30 dias após a certificação do serviço prestado ou bem adquirido.

(k) **Obrigações Tributárias**

São registrados os tributos federais PIS e COFINS incidentes sobre receitas próprias, assim como os valores retidos dos fornecedores referentes a tributos municipais incidentes sobre serviços prestados na sede da Instituição, conforme Lei Complementar Municipal nº 306/93 e nº 07/73 e leis federais incidentes sobre bens ou serviços fornecidos conforme IN/RFB nº 1.234/2012 e nº 2.110/2022. A Instituição goza de isenção dos demais tributos federais conforme artigo nº 15 da Lei 5.604 de 02 de setembro de 1970.

(l) **Benefícios a Empregados**

A Instituição possui plano de benefícios a empregados, como auxílio-creche, assistência médica, seguro de vida, auxílio-alimentação, entre outros, sendo reconhecidos no resultado do exercício em que ocorre a prestação do serviço ao empregado. Como benefício pós-emprego a Instituição oferece plano de aposentadoria complementar.

(m) **Contingências**

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis, tributárias e outras) são reconhecidas quando: (i) a Instituição tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

O valor das ações cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica do HCPA, é considerada possível é de: R\$ 36.867 Cíveis e Administrativas e R\$ 57.555 Trabalhistas, totalizando R\$ 94.422.

(n) Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços no curso normal das atividades da Instituição.

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos, dos descontos, dos ajustes da receita referentes à dedução dos repasses financeiros recebidos da União para investimento e contabilizada independentemente de seu efetivo recebimento.

(o) Serviços Prestados

Todos os serviços prestados pela Instituição, ao Sistema Único de Saúde (SUS), a convênios privados, particulares, pesquisas e ensino, estão contabilizados na competência em que o fato gerador ocorreu e pelo seu valor bruto.

(p) Repasses Financeiros Recebidos

Esta rubrica representa os valores descentralizados pelo MEC para cobrir despesas com folha de pagamento de pessoal, encargos sociais, benefícios, financiamento do Tempo de Serviços Passado / Previdência Complementar, Investimentos (Adiantamento para Futuro Aumento de Capital) entre outras despesas. Inclui, também, as descentralizações de recursos repassados pelo MEC e por outros órgãos através de convênios para cobrir despesas de capital e custeio e as transferências de recursos por empresas privadas, para realização de projetos específicos.

(q) Receitas Financeiras

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação às contas a receber, a Instituição reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

(r) Custos dos Serviços e Despesas Administrativas

Os custos dos serviços e despesas administrativas foram apropriados de acordo com sistema de apuração de custos contábeis, que considera a análise por grupos de centros de custos agrupados por áreas afins.

Os valores dos custos diretos e indiretos são distribuídos em: pessoal, material, depreciação e amortização, serviços, água, energia e telefone. Não são considerados os grupos de centro de custos referentes aos complementos patrimoniais, custos não operacionais e obras em andamento.

Na determinação do resultado do exercício foram computados os custos e as despesas pagos ou incorridos correspondentes às receitas de serviços reconhecidas no exercício.

(s) Arrendamentos

Com relação à NBC TG 06, a qual estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, concluiu-se que todas as características que implicariam um arrendamento operacional representam obrigação dos fornecedores nos contratos formalizados com a Instituição, optando assim pelo reconhecimento e divulgação dos contratos fora da classificação de arrendamentos.

(t) Publicação da Concessão de Suprimento de Fundos

Atendendo ao Princípio da Publicidade previsto no art. 37 da Constituição Federal, o ato de concessão de suprimento de fundos é divulgado em meio eletrônico no endereço www.hcpa.edu.br e intranet.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

03 Estimativas e Julgamentos Contábeis Relevantes

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados baseando-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativa de eventos futuros, políticas governamentais, orientações dos Órgãos Setoriais de Controle do Ministério da Educação (MEC) e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), assim como da Controladoria-Geral da União (CGU), do Tribunal de Contas da União (TCU), e demais fatores considerados razoáveis para as circunstâncias. Com base em diversas premissas, a Instituição faz estimativas com relação ao futuro, resultante de um orçamento econômico, continuamente acompanhado pela Coordenadoria de Gestão Financeira e pela Diretoria Executiva do HCPA. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas, dentre elas: seleção de vida útil dos bens do imobilizado, provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas, redução do valor recuperável de ativos, entre outras.

04 Gestão de Risco Financeiro

(a) Risco de Liquidez

O risco da Instituição de não dispor de recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros é administrado com o monitoramento das previsões de um fluxo orçamentário/financeiro realizado pela Coordenadoria de Gestão Financeira. A esta Coordenadoria compete assegurar que haja caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, obedecendo às leis vigentes e assegurando que haja empenho prévio para os compromissos assumidos dentro dos recursos orçamentários previstos. A realização de despesas com recursos diretamente arrecadados é efetivada após o recebimento dos mesmos.

(b) Risco de Crédito

Os riscos de crédito da Instituição, decorrentes de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e dos clientes de convênios e particulares, são mínimos e administrados corporativamente. A administração não espera nenhuma perda decorrente por inadimplência em valor superior ao já provisionado.

Os recursos oriundos do Tesouro Nacional são deliberados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e fixados pela Lei Orçamentária Anual e suas regulamentações. Para o exercício de 2024, os recursos orçamentários foram fixados pela Lei 14.822, de 22 de janeiro de 2024.

(c) Estimativa do Valor Justo

Os saldos das Contas a Receber dos Clientes e Contas a Pagar aos Fornecedores estão próximos de seus valores justos.

A Instituição aprovou no Conselho de Administração, na reunião nº 468, realizada em 13 de dezembro de 2021, o critério de apuração das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) relativas a perdas prováveis (*impairment*) de contas a receber de clientes, utilizando como critério as contas vencidas há pelo menos seis (6) meses, acrescido da totalidade de títulos em glosa ou protestados.

05 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	24	20
Bancos – Conta Corrente	-	575
Depósitos Bancários de Curto Prazo	451	596
Conta Limite de Saque	236.562	159.040
Saldo Contábil	237.037	160.231

A conta limite de saque é composta pelo saldo dos recursos públicos vinculados a convênios ou recursos especiais que não podem ser aplicados em Fundos de Curto Prazo. Estes recursos estão disponíveis para pagar despesas de capital ou de custeio.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

06 Créditos de Fornecimento de Serviços e Demais Contas a Receber

	31/12/2024	31/12/2023
Sistema Único de Saúde (SUS)	42.318	35.111
Convênios Privados	14.980	17.249
Clientes Particulares	6.549	6.232
Créditos Diversos	4.638	1.955
Subtotal	68.485	60.547
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(10.273)	(10.492)
Valor Líquido a Receber	58.212	50.055

Estes créditos correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Instituição. As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo menos as Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PECLD” ou “Impairment”).

Em 31 de dezembro de 2024 o grupo Demais Contas a Receber somava R\$ 3.321 mil, composto principalmente por recursos a receber da Fundação Médica do Rio Grande do Sul, fundação de apoio ao HCPA nos projetos de pesquisa, ensino e extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e de estímulo à inovação. O montante administrado pela referida fundação é de R\$ 3.241 mil, e está amparado em acordos de cooperação, cujos objetos são ações conjuntas para a execução de projetos de desenvolvimento institucionais.

07 Adiantamentos de Pessoal

	31/12/2024	31/12/2023
Décimo Terceiro Salário	10.921	10.994
Férias	10.932	10.866
Outros Adiantamentos Concedidos a Pessoal	6	8
Saldo Contábil	21.859	21.868

Por ocasião do pagamento das férias de pessoal, é norma da Instituição adiantar 50% do décimo terceiro salário do exercício de competência. O saldo do adiantamento de décimo terceiro salário refere-se ao exercício de 2025, enquanto que o saldo de férias se refere ao pagamento em dezembro relativo à competência janeiro de 2025.

08 Estoques de Materiais de Consumo

	31/12/2024	31/12/2023
Medicamentos	9.373	9.778
Material Médico, Hospitalar e Laboratorial	10.223	8.898
Material de Órtese e Prótese	2.571	3.276
Materiais e Utensílios	674	617
Rouparia (uniformes)	837	733
Higiene, Limpeza, Segurança, Proteção	304	384
Material de Expediente, Informática e Gráfico	158	203
Combustíveis, Lubrificantes e Gases	51	39
Materiais de Engenharia e Ferramentas	3.805	4.008
Saldo Contábil	27.996	27.936

Os estoques representam os materiais em almoxarifado a serem consumidos na prestação de serviços e no curso normal das atividades da Instituição. São avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição e não excedem o valor de mercado. Em 31 de dezembro de 2024 os estoques garantiam 41 dias de utilização.

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

09 Imobilizado

	Tx. %	Custo	Depreciação	31/12/2024	31/12/2023
Edifícios	1	808.806	(112.956)	695.850	704.259
Terrenos	-	67.406	-	67.406	67.406
Obras Andamento/Estudos e Projetos	-	37.021	-	37.021	40.268
Instalações	10	25.776	(15.459)	10.317	10.396
Bens Móveis e Máquinas	10 a 20	329.821	(219.055)	110.766	118.009
Informática	20 a 50	41.690	(26.399)	15.291	15.609
Veículos Diversos	10 a 20	928	(783)	145	205
Subtotal Imobilizado		1.311.448	(374.652)	936.796	956.152
Bens Móveis em Andamento		14.206	-	14.206	-
Saldo Contábil		1.325.654	(374.652)	951.002	956.152

O Imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Os terrenos não são depreciados. A depreciação está demonstrada pelo valor acumulado da data do início da operação na Instituição, acrescido da depreciação do custo atribuído a partir do exercício de 2010. As depreciações são calculadas usando o método linear, considerando o valor residual e os custos dos ativos durante a vida útil estimada dos mesmos.

Movimentação do Ativo Imobilizado

	Custo 01/01/2024	Aquisições	Transferências	Baixas	Custo 31/12/2024
Edifícios	805.453	-	3.353	-	808.806
Terrenos	67.406	-	-	-	67.406
Obras em Andamento [1]	64.586	1.635	(3.353)	(71)	62.797
Bens Móveis e Máquinas	321.860	14.111	-	(6.150)	329.821
Informática	39.442	3.067	-	(819)	41.690
Veículos Diversos	928	-	-	-	928
Total Imobilizado	1.299.675	18.813	-	(7.040)	1.311.448

[1] O saldo de obras em andamento está acrescido de instalações e de estudos e projetos.

No exercício de 2024 foi realizado o inventário físico da totalidade de bens patrimoniais pela empresa G&R Consultoria Empresarial, com resultado final de 11.780 itens não localizados. Em 31 de dezembro de 2024, o valor residual total dos bens não localizados é R\$ 2.393 mil, o que representa 0,25% do total nas rubricas de imobilizado e intangível.

10 Intangível

	Tx %	Custo	Amortização	31/12/2024	31/12/2023
Software	20 a 50	9.245	(7.614)	1.631	1.604
Saldo Contábil		9.245	(7.614)	1.631	1.604

O Intangível é mensurado pelo seu custo histórico, menos a amortização acumulada. A amortização está demonstrada pelo valor acumulado desde a data do início de operação na Instituição, acrescido da amortização do custo atribuído a partir do exercício de 2010. As amortizações são calculadas usando o método linear, considerando os custos dos ativos durante a vida útil estimada dos mesmos.

Movimentação do Ativo Intangível

	Custo 01/01/2024	Aquisições	Baixas	Custo 31/12/2024
Software	8.943	302	-	9.245
Total Intangível	8.943	302	-	9.245

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

11 Fornecedores

	31/12/2024	31/12/2023
Unimed Porto Alegre	4.516	-
Abbott Laboratórios do Brasil Ltda.	676	78
Companhia de Gás do Estado do RS	674	630
Life Laboratório de Insumos Farmacêuticos Estéreis Ltda.	583	80
Trimedcall Comercio De Materiais Médicos e Hospitalares Ltda.	439	666
Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.	407	299
E.Tamussino e Cia Ltda.	395	200
Fortpel - Comércio de Descartáveis Ltda.	395	553
Rbg Produtos Terapêuticos S/a.	375	284
RS - Produtos Hospitalares Ltda.	322	670
	8.782	3.460
Demais fornecedores	18.189	18.724
Saldo Contábil	26.971	22.184

Os saldos dos fornecedores estão apresentados em ordem decrescente. O montante de R\$ 18.189 está pulverizado em 508 fornecedores em 31 de dezembro de 2024.

12 Obrigações Tributárias e Sociais

	31/12/2024	31/12/2023
Tributos Federais e Municipais retidos de Fornecedores	2.763	841
IRRF sobre Folha de Pagamento	48.115	43.087
COFINS sobre Faturamento	1.177	217
PIS sobre Faturamento	255	47
Obrigações Tributárias	52.310	44.192
Encargos Previdenciários, FGTS e Pensões	46.412	30.380
Obrigações Sociais	46.412	30.380
Saldo Contábil	98.722	74.572

Na conta Obrigações Tributárias são registrados as contribuições federais (PIS e COFINS) sobre as receitas próprias, o imposto sobre a renda retido sobre a folha de pagamento dos funcionários e os valores retidos de fornecedores, conforme Lei Complementar Municipal nº 306/93 e nº 07/73 e IN/RFB nº 1.234/2012 e nº 2.110/2022. Os tributos federais retidos dos fornecedores, o imposto sobre a renda da folha de pagamento e os encargos previdenciários são recolhidos aos cofres públicos por meio de DARF Única gerada a partir do fechamento entre eSocial, EFD-Reinf e transmissão da DCTFWeb. A Instituição goza de isenção de impostos federais conforme artigo nº 15 da Lei 5.604 de 02 de setembro de 1970.

13 Obrigações com Pessoal

	31/12/2024	31/12/2023
Salários, Remuneração e Benefícios	79.375	73.791
Previdência e Assistência Médica	7.020	6.854
Empréstimos e Financiamentos	5.295	4.690
Outras Despesas de Pessoal	1.136	1.191
Saldo Contábil	92.826	86.526

Compõe o saldo de obrigações com pessoal o valor referente à folha de pagamento de dezembro de 2024. Em contrapartida, encontram-se depositados na conta única os recursos financeiros para o seu pagamento. A compensação ocorreu no primeiro dia útil de janeiro de 2025.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

14 Contingências Passivas e Provisões com Despesas de Pessoal

	31/12/2024			31/12/2023
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Total
Contingências (a)	-	792.402	792.402	810.693
Férias a Pagar (b)	165.026	-	165.026	148.904
Licença Especial (c)	83.853	-	83.853	80.622
Tempo de Serviço Passado - TSP (d)	-	-	-	2.385
Saldo Contábil	248.879	792.402	1.041.281	1.042.604

(a) Contingências

	31/12/2024			31/12/2023
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Total
Trabalhistas	-	767.717	767.717	787.926
Cíveis e Administrativas	-	24.685	24.685	22.513
Tributárias	-	-	-	254
Saldo de Contingências	-	792.402	792.402	810.693

A movimentação de precatórios e provisões de contingências do período está demonstrada a seguir:

	31/12/2024			
	Trabalhista	Cível e Administrativa	Tributária	Total
Saldo Inicial em 01/01/2024	787.926	22.513	254	810.693
Adições	370	4.965	-	5.335
Atualização	28.237	3.913	-	32.150
Baixas por Pagamento	(48.125)	(5.692)	(254)	(54.071)
Baixas por Reversão	(691)	(1.014)	-	(1.705)
Saldo de Contingências	767.717	24.685	-	792.402

São reconhecidas como contingências as ações judiciais, classificadas como perdas prováveis. Desta forma, as contingências (trabalhistas, cíveis e tributárias) seguem os seguintes critérios para contabilização: (i) a Instituição tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

O saldo das contingências trabalhistas comporta, entre outras, a ação civil coletiva nº 0020639-29.2021.5.04.0014, interposta pelo Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (SIMERS) em julho de 2021. A ação trata da ausência de intervalos legais intrajornadas de profissionais médicos, previstos no artigo 71º, § 4º, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e no artigo 8º, § 1º, da Lei 3.999/61, abrangendo em torno de 740 médicos ativos e 220 desligados, para os quais ainda não prescreveu o direito. O SIMERS recorreu da decisão de primeira instância que extinguiu o processo sem resolução do mérito, logo o processo aguarda encaminhamento ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª. região para julgamento. Em 31 de dezembro de 2024, a ação possui valor estimado em R\$ 352.038 mil e possui expectativa de perda provável conforme os advogados da Coordenadoria Jurídica do HCPA.

No quarto trimestre de 2022 foi ajuizada pelo Sindicato dos Enfermeiros do Rio Grande do Sul (SERGS) a Ação Civil Pública nº 0020855-26.2022.5.04.0023. A ação trata de pedido de declaração de nulidade por ausência de previsão legal do regime de trabalho de 12 horas aos sábados, domingos e feriados para os substituídos e pagamento de horas extras excedentes à sexta hora diária e 36ª semanal, abrangendo em torno de 142 enfermeiros ativos e 66 desligados, para os quais ainda não prescreveu o direito. Em 31 de dezembro de 2024, a ação possui valor estimado em R\$ 58.689 mil e possui expectativa de perda provável, conforme os advogados do HCPA.

Em setembro de 2023 transitou em julgado o cálculo da ação civil coletiva nº 0030900-71.2008.5.04.0026, ajuizada pelo Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (SIMERS), após a interposição de agravo de petição e recurso de revista. A ação trata da ausência do adicional noturno e da hora reduzida referente ao labor em jornada

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

prorrogada noturna (após às 5h da manhã), abrangendo em torno de 219 médicos. O processo foi baixado em novembro de 2024, com a quitação de 61 RPVs e 155 precatórios, totalizando R\$ 34.638 mil.

(b) Férias a Pagar

	31/12/2024	31/12/2023
Férias		
Saldo Inicial	108.376	93.141
Baixas	(16.996)	(11.459)
Apropriações	28.725	26.694
Total de Férias	120.105	108.376
Encargos Sobre Férias		
Saldo Inicial	40.528	34.812
Baixas	(6.342)	(4.250)
Apropriações	10.735	9.966
Total de Encargos sobre Férias	44.921	40.528
Saldo de Férias a Pagar	165.026	148.904

(c) Licença Especial

	31/12/2024	31/12/2023
Licença Especial		
Saldo Inicial	58.698	54.002
Baixas	(2.320)	(1.531)
Apropriações	4.675	6.227
Total de Licença Especial	61.053	58.698
Encargos Sobre Licença Especial		
Saldo Inicial	21.924	20.149
Baixas	(865)	(570)
Apropriações	1.741	2.345
Total de Encargos sobre Licença Especial	22.800	21.924
Total de Licença Especial a Pagar	83.853	80.622

(d) Tempo de Serviço Passado (TSP)

O HCPA possuía financiamento com o Banco do Brasil para pagamento do plano de Previdência Privada - TSP - a ser amortizado em 164 parcelas mensais a partir de 1º de junho de 2010, atualizadas pelo INPC com juros mensais de 0,4868%. O saldo foi quitado em 30 de agosto de 2024.

15 Obrigações com o Plano de Previdência Complementar

O Plano de Benefícios HCPA PREV foi criado em 2009, é patrocinado pelo Hospital de Clínicas, administrado e executado pela BB Previdência – Fundo de Pensão Banco do Brasil, estruturado sob a modalidade de Contribuição Variável (CV), na forma definida pela Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005, observando ainda que os Benefícios Programados apresentam a conjugação das características das modalidades de Contribuição Definida (CD) e Benefício Definido (BD).

Assim, observamos características de CD durante a fase de acumulação dos Benefícios Programados, onde o valor desses benefícios a serem concedidos quando da implementação das condições previstas pelos dispositivos regulamentares é conhecido, a posteriori, a partir da transformação do saldo acumulado nos Fundos Individual e Patrocinado ao longo da vida laborativa, conforme opção do participante, em função do fator atuarial correspondente às características individuais dos participantes e o respectivo grupo familiar. Na modalidade BD está a parte de risco que, a partir da sua concessão, o pagamento é garantido vitaliciamente, independente da cobertura patrimonial existente nos saldos individuais.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Os mais recentes estudos atuariais do valor presente da obrigação de benefício definido foram realizados em 31 de dezembro de 2024 pela Mirador Assessoria Atuarial, membro do Instituto Brasileiro de Atuários. O valor presente da obrigação de benefício definido, o custo do serviço corrente e custo do serviço passado foram medidos utilizando o método de crédito unitário projetado.

Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial

Expectativa de Inflação	4,96% a.a.
Taxa de Rotatividade	3,71% a.a.
Projeção de Aumento Real Média dos Salários	1,05% a.a.
Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Ativos	AT-2000 Masculino/Feminino
Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Aposentados	AT-2000 Masculino/Feminino
Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Inválidos	EX-IAPC
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo Americana

Status do Fundo e Passivo/Ativo

	31/12/2024	31/12/2023
Valor presente da Obrigação Atuarial Líquida	(164.377)	(185.998)
Valor Justo dos Ativos do plano no Final do Período	232.325	238.246
Status do Plano de Benefícios/Superávit	67.948	52.248

Considerando a posição de 31 de dezembro de 2024 dos cálculos apresentados pela Mirador Assessoria Atuarial, o Plano HCPA Previdência apresentou resultado superavitário.

16 Patrimônio Líquido

(a) Capital Social

O Capital Social da entidade pertence integralmente a União, sendo seu valor em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 1.284.791 (um bilhão, duzentos e oitenta e quatro milhões, setecentos e noventa e um mil reais), composto da seguinte forma:

Saldo em 31/12/2023	1.247.924
Capitalização do AFAC	36.867
Total em 31/12/2024	1.284.791

A capitalização foi autorizada na Assembleia Geral Extraordinária de nº 034/2024, realizada em 19 de abril de 2024, sendo os valores incorporados referentes a repasses recebidos da União para investimento e registrados em conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC.

(b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Desde o exercício de 2010, na medida em que o valor dos bens, objetos do ajuste de avaliação patrimonial, são depreciados, amortizados ou baixados, com contrapartida no resultado, simultaneamente, o mesmo valor é transferido da conta de ajuste de avaliação patrimonial para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(19.297)	(18.494)
Recomposição pela Baixa ou Depreciação de Bens	(789)	(803)
Reversão de Menos Valia	(27)	-
Saldo final	(20.113)	(19.297)

O valor de R\$ 27 em 31 de dezembro de 2024, refere-se à reversão do valor de menos-valia (reavaliação negativa) incidente sobre bens patrimoniais com saldo residual, em 2010, insuficiente para o seu registro. Este ajuste recompôs o saldo do Imobilizado e da Reserva de Reavaliação no Patrimônio Líquido.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

17 Receita Operacional Líquida

	31/12/2024	31/12/2023
Serviços Prestados		
Sistema Único de Saúde – SUS	252.531	210.042
Convênios	54.637	54.319
Particulares	12.071	9.844
Pesquisa e Ensino	54.483	15.828
Outros Serviços	5.616	5.001
Total de Serviços Prestados	379.338	295.034
Deduções da Receita Bruta		
PIS sobre Faturamento	(802)	(313)
COFINS sobre Faturamento	(3.703)	(1.447)
Total das Deduções da Receita Bruta	(4.505)	(1.760)
Receita Líquida Operacional	374.833	293.274

A apresentação do Demonstrativo de Resultado do Exercício está adequada à estrutura da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST). Desta forma, os repasses recebidos não compõem o grupo de receitas operacionais, sendo apresentados separadamente na Demonstração do Resultado do Exercício.

18 Custos dos Serviços e Despesas Operacionais por Natureza

	31/12/2024			31/12/2023		
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total
Salários e Encargos	1.415.178	222.692	1.637.870	1.269.450	211.484	1.480.934
Benefícios de Pessoal	98.322	21.461	119.783	82.412	18.735	101.147
Consumo de Materiais	235.664	5.339	241.003	215.642	5.560	221.202
Depreciações/Amortizações	21.543	16.302	37.845	21.926	15.161	37.087
Despesas c/ Serviços PF e PJ	106.756	47.487	154.243	103.120	48.309	151.429
Subtotais	1.877.463	313.281	2.190.744	1.692.550	299.249	1.991.799
Provisões para Contingências	-	2.172	2.172	-	26.435	26.435
Saldo Contábil	1.877.463	315.453	2.192.916	1.692.550	325.684	2.018.234

Os custos dos serviços e despesas administrativas foram apropriados de acordo com o sistema de apuração de custos contábeis. Os valores dos custos diretos e indiretos são distribuídos em: pessoal, consumo, depreciação/amortização e serviços.

Na determinação do resultado foram computados os custos e despesas pagos ou incorridos, os quais correspondem às receitas de serviços reconhecidas no exercício.

19 Despesas de Benefícios a Empregados

	31/12/2024	31/12/2023
Assistência Médica	16.723	11.307
Auxílio Transporte	2.999	2.907
Auxílio Creche	1.062	1.090
Auxílio Alimentação	56.147	44.812
Previdência Privada	42.852	41.031
Saldo Contábil	119.783	101.147

Representa os benefícios a empregados, que são reconhecidos no resultado do período em que ocorre a prestação do serviço do empregado. Como benefício pós-emprego a Instituição oferece plano de previdência privada de aposentadoria complementar.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Conforme previsto na Resolução nº 30 de 04 de agosto de 2022 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e Administração de Participações Societárias da União e no Decreto nº 9.845/2016, artigo 19, divulgamos o valor médio global dos benefícios oferecidos aos empregados na tabela abaixo:

Benefício	Valor em Reais
Vale Alimentação	744,67
Pré-escola	238,02
Assistência à saúde	165,98
Previdência Complementar	994,07
Vale-transporte	397,15
Seguro de vida	4,77

20 Outras Receitas e Despesas

	31/12/2024	31/12/2023
Outras Receitas		
Aluguéis	1.985	2.099
Contrato de Prestação de Serviços	3.348	3.148
Doações de Estoque e Uso Permanente	5.780	5.512
Leilões	193	65
Ressarcimentos de Funcionários	1.448	1.270
Restituições de Convênios	3.486	5.712
Reversão de PECLD	3.282	637
Reversão de Provisões TSP	2.385	3.515
Reversão de Provisões Judiciais	20.463	-
Outros Acréscimos	3.905	4.361
Total de Outras Receitas	46.275	26.319
Outras Despesas		
Outros Decréscimos	(9.606)	(6.812)
Resultado com Baixa de Bens		
Valor Líquido da Baixa de Bens	(475)	(1.059)
Baixa de Bens e Outras Despesas	(10.081)	(7.871)
Saldo de Outras Receitas e Despesas	36.194	18.448

21 Resultado Financeiro

	31/12/2024	31/12/2023
Receita Financeira		
Remuneração de Depósitos	2.983	2.676
Juros e Multas Previstos em Contratos	1.045	638
Variação Cambial e Monetária Ativa	907	455
Total Receita Financeira	4.935	3.769
Despesa Financeira		
Juros, Multas, Despesas Bancárias e Descontos	(322)	(267)
Variação Cambial e Monetária Passiva	(321)	(613)
Total Despesa Financeira	(643)	(880)
Saldo Contábil	4.292	2.889

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

22 Partes Relacionadas

Os saldos contábeis e as transações relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações da instituição com outra pessoa ou entidade que se enquadre na definição de parte relacionada constante na Política Institucional do HCPA.

(a) Valores Recebidos

Banco do Brasil: Sociedade de Economia Mista, constituída por capital público e privado. Efetuiu pagamentos relativos ao gerenciamento de créditos provenientes da folha de pagamento dos empregados do HCPA. Em 2024, o montante foi de R\$ 3.348 (2023: R\$ 3.148).

Fundação Médica do Estado do RS: Legalmente constituída como fundação de apoio desta entidade nos projetos de pesquisa, ensino e extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e fomento à inovação, perante o Ministério da Educação e o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Em 2024, o HCPA faturou o total de R\$ 53.844 referente a contas hospitalares e repasses de projetos de pesquisa (2023: R\$ 14.880). As receitas com doações recebidas em 2024 foram de R\$ 1.402 (2023: R\$ 292).

(b) Valores Pagos

Abaixo demonstramos os totais pagos no exercício, caracterizados como partes relacionadas da instituição:

	2024	2023
Fundação Médica do Estado do RS	475	457
Comissão Nacional de Energia Nuclear - IPEN	412	350
Empresa Brasil de Comunicação	27	56
Outras	1	100
Total	915	963

O valor de R\$ 475, pago à Fundação Médica do Estado do RS, refere-se à contratação da entidade como apoio ao hospital em projetos de ensino, extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico. Já o valor de R\$ 412 pago à Comissão Nacional de Energia Elétrica, autarquia federal vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), refere-se ao fornecimento de insumos nucleares utilizados em exames médicos.

23 Seguros de Riscos

Incêndio Vultoso e Riscos Nomeados:

A cobertura garante o pagamento de indenização pelos prejuízos de incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza e outros riscos nomeados na apólice para os imóveis, construções em andamento, instalações, mercadorias, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e bens de terceiros em poder do HCPA. A importância segurada com a empresa AIG Seguros Brasil S.A, referente à cobertura básica, é de R\$ 808.869 e a vigência da apólice é de 01 de agosto de 2024 a 01 de agosto de 2025.

Responsabilidade Civil:

Cobertura garantindo pagamento de indenização de Responsabilidade Civil com vigência de 31 de julho de 2024 a 31 de julho de 2025. A importância segurada com a empresa Mapfre Seguros Gerais S.A. é de R\$ 14.000.

Responsabilidade Civil Diretores & Officer (D&O):

Cobertura garantindo pagamento de indenização de Responsabilidade Civil dos Diretores e Conselheiros, com vigência de 09 de setembro de 2024 a 09 de setembro de 2025. A importância segurada com a empresa Kovr Seguradora S.A é de R\$ 10.000.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

24 Conciliação das Demonstrações Contábeis com Base nas Leis nº 6.404/76 e nº 4.320/64

O Hospital de Clínicas de Porto Alegre é uma empresa pública de direito privado sujeita às disposições da Lei nº 6.404/76 e as mudanças impostas pela Lei nº 11.638/07 para fins contábeis e societários. Segundo a Lei de responsabilidade Fiscal (LRF), a Instituição é considerada estatal dependente, vinculada ao Ministério da Educação que, por determinação legal, utiliza o sistema de Administração Financeira Federal (SIAFI), na modalidade total, para registro de sua execução orçamentária, financeira e patrimonial, cuja base é a Lei nº 4.320/94.

No quadro abaixo estão demonstrados os valores em 31 de dezembro de 2024 em cada uma das leis mencionadas.

Balanço Patrimonial

Ativo	6.404/76	4.320/64	Diferença
Circulante			
Caixa e Equivalente de Caixa	237.037	236.946	91
Créditos a Receber Curto Prazo	93.843	78.530	15.313
(-) Ajuste de perdas de Créditos	(10.273)	(8.806)	(1.467)
Estoques	31.160	31.160	-
Despesas Pagas Antecipadamente	990	990	-
	352.757	338.820	13.937
Não Circulante			
Depósitos Judiciais	1.609	1.609	-
Imobilizado e Intangível	952.633	955.347	(2.714)
	954.242	956.956	(2.714)
Total do Ativo	1.306.999	1.295.776	11.223
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	26.971	24.347	2.624
Outras Obrigações	453.239	570.331	(117.092)
	480.210	594.678	(114.468)
Não Circulante			
Subvenções e Doações	23.812	23.812	-
Provisões p/ Contingências	792.402	792.402	-
	816.214	816.214	-
Patrimônio Líquido			
Capital Realizado	1.284.791	1.284.791	-
Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	8.813	8.813	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(20.113)	(20.113)	-
Prejuízos Acumulados	(1.262.916)	(1.388.607)	125.691
	10.575	(115.116)	125.691
Total do Passivo	1.306.999	1.295.776	11.223

Ativo Circulante e Não Circulante: o valor de R\$ 91 corresponde: R\$ 25 a registros contábeis de pagamentos recebidos e não transferidos para a conta única em 2024; R\$ 66 à reclassificação de remuneração de recursos aplicados na conta única a receber. O valor de R\$ 15.313 corresponde a: R\$ 1.590 reversão de baixas de clientes por competência; (R\$ 66) reclassificação de remuneração de recursos aplicados na conta única a receber; R\$ 10.931 reversão do lançamento de regularização do saldo contábil de adiantamento versus férias a pagar e R\$ 2.858 a créditos a receber por devolução de despesas. O valor de (R\$ 1.467) refere-se à apropriação da provisão estimada de crédito de liquidação duvidosa. Sobre o valor de (R\$ 2.714) do não circulante, refere-se a registro contábil realizado por outra UG ainda sem comprovação, sendo por isso estornado na contabilidade societária.

Passivo Circulante e Não Circulante: o valor de R\$ 2.624 refere-se a apropriações por competência de fornecedores. O valor de (R\$ 117.092) refere-se a: R\$ 606 de provisões trabalhistas; (R\$ 128.629) a estorno

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

referente a recurso recebido por descentralização; R\$ 10.931 reversão do lançamento de regularização do saldo contábil de adiantamento versus férias a pagar.

Patrimônio Líquido: os valores referem-se às contrapartidas dos ajustes no Ativo e Passivo Circulantes e Não Circulantes.

Demonstração do Resultado do Exercício	6.404/76	4.320/64	Diferença
Receita Operacional Bruta	2.198.580	2.198.580	-
Ajustes da Receita Bruta	10.600	(394)	10.994
Deduções da Receita Bruta	(4.505)	(4.505)	-
Repasse Transferidos para AFAC/Subvenção	(32.093)	(32.093)	-
Receita Operacional Líquida	2.172.582	2.161.588	10.994
Custo dos Serviços	(1.877.463)	(1.872.668)	(4.795)
Resultado Operacional Bruto	295.119	288.920	6.199
Despesas Operacionais	(315.453)	(314.653)	(800)
Outras Receitas e Despesas	36.194	(31.721)	67.915
Resultado Financeiro	4.292	4.292	-
Prejuízo do Exercício	20.152	(53.162)	73.314

O valor de R\$ 10.994 de receita operacional refere-se a recursos do Tesouro Nacional recebidos em 2023 para pagamento de adiantamento de pessoal de competência do exercício de 2024.

O valor de (R\$ 4.795) de custos dos serviços e de (R\$ 800) em despesas operacionais referem-se a (R\$ 5.727) reclassificação da depreciação por baixa de bens e R\$ 132 a provisões trabalhistas e despesas por competência registradas na contabilidade societária em 2024 e, no SIAFI, em janeiro de 2025.

Quanto ao valor de R\$ 67.915 no grupo de outras receitas e despesas, R\$ 58.936 refere-se ao estorno do passivo de recursos recebidos por descentralização; R\$ 5.624 referente à provisão para créditos de liquidação duvidosa de 2023, apropriada em 2024; (R\$ 1.467) referente à provisão para créditos de liquidação duvidosa de 2024, apropriada em 2025; R\$ 1.809 referente a ajuste de classificação de receita e despesa, R\$ 5.727 referente à reversão da depreciação de bens móveis e imóveis e (R\$ 2.714) referente estorno de doação aguardando documentação.

25 Remunerações Pagas a Empregados e Administradores

De acordo com a Resolução nº 30, de 04 de agosto de 2022 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), apresentamos o quadro abaixo. O valor da remuneração contempla os adicionais fixos.

Valores em Reais

Mensal	2024			2023		
	Remuneração Administradores	Remuneração Empregados	Salário Base Empregados	Remuneração Administradores	Remuneração Empregados	Salário Base Empregados
Maior	38.751,28	44.008,52	29.720,00	38.450,07	41.650,92	29.614,60
Menor	38.751,28	2.743,49	2.170,35	38.450,07	2.635,05	2.098,98
Média	38.751,28	12.048,52	7.600,97	38.450,07	12.079,38	7.437,21

Em 2024, os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal receberam honorários mensais de R\$ 3.837,93 (2023: R\$ 3.837,93). Conforme estatuto social do HCPA a remuneração mensal destes não excederá a 10% da remuneração mensal média dos Diretores Executivos, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefícios.

O total de funcionários contratados em 31 de dezembro de 2024 é de 7.105 (2023: 6.496).

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

26 Eventos Subsequentes

De 31 de dezembro de 2024 até 11 de março de 2025, data de aprovação destas demonstrações, não ocorreram quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira nas demonstrações contábeis apresentadas.

Luciana Raupp Rios Wohlgemuth
Coordenadora Contábil - CRC/RS nº 69.663

Juliana Zwetsch
Contadora – CRC/RS nº 81.901

HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE – HCPA

Relatório do auditor independente sobre as
demonstrações contábeis.

Referente ao encerramento do exercício de 2024.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de QR Code para acessar o conteúdo da imagem

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e aos Conselheiros do
HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE – HCPA
Porto Alegre – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital de Clínicas de Porto Alegre – HCPA em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre – HCPA, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. A administração do HCPA decidiu apresentar essa demonstração como informação suplementar às IFRS e legislação brasileira, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis do HCPA. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do HCPA é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração do HCPA é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do HCPA continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o HCPA ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do HCPA são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente de serem causados por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o HCPA a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 11 de março de 2025.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Jorge Luiz Menezes Cereja
Contador 1 CRC RS 43679/O
Sócio Responsável Técnico

Rosangela Pereira Peixoto Guarda Rodrigues
Contadora CRC RS 65.932/O-7
Diretora



HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE - HCPA
DIRETORIA EXECUTIVA

DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Considerando a apresentação das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 na 939ª reunião da Diretoria Executiva, realizada em 11 de março de 2025, conforme item 9 da Ata da Reunião (documento nº 1440573): a **Diretoria Executiva aprovou as Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2024**, em conformidade com o Parecer de Auditoria Externa sobre as Demonstrações Contábeis, documento nº 1441816, e a apresentação nº 1446794 do processo SEI-HCPA nº 23092.003187/2025-83. O assunto será submetido ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, para apreciação.

Porto Alegre, 11 de março de 2025.

Prof. Brasil Silva Neto
Diretor-Presidente



Documento assinado eletronicamente por **BRASIL SILVA NETO, DIRETOR-PRESIDENTE**, em 13/03/2025, às 13:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.hcpa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1444254** e o código CRC **F9EA4A60**.

Rua Ramiro Barcelos, 2350, Bairro Bom Fim
CEP 90035-903 - Porto Alegre/RS
(51) 3359.8000 - www.hcpa.edu.br

Referência: Processo nº 23092.003082/2025-24

SEI nº 1444254